



ACÓRDÃO Nº 608/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11458/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA SUL
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Silvia Picanço do Nascimento (Ordenador de Despesa), Aida Cristina Tapajós Andrade (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2179/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA SUL. Exercício de 2017.

Revelia. Irregularidade. Multa. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar Revel a Sra. Aida Cristina Tapajós Andrade**, à época diretora do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul, responsável pelo período de 01/01/2017 a 08/10/2017, por não apresentar razões de defesa, deixando de atender às notificações regularmente expedidas por esta Corte de Contas, com fulcro nos art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 88 da Resolução 4/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Considerar Revel a Sra. Silvia Picanço do Nascimento**, à época diretora do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul, responsável pelo período de 09/10/2017 a 31/12/2017, por não apresentar razões de defesa, deixando de atender à notificação regularmente expedida por esta Corte de Contas, com fulcro nos art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 88 da Resolução 4/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Julgar Irregular a Prestação de Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul**, referentes ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade das **Sras. Aida Cristina Tapajós Andrade** (Período



ACÓRDÃO Nº 608/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de 01/01/2017 a 08/10/2017) e **Silvia Picanço do Nascimento** (Período de 09/10/2017 a 31/12/2017), nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

- 10.4. Aplicar Multa à Sra. Aida Cristina Tapajós Andrade**, no valor de **R\$13.654,39**, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 4/2002, atualizada pela Resolução nº 4/2018, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondentes às Restrições nº 1 a 3 da Notificação nº 48/2019 (fls. 225/231), transcritas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Aplicar Multa à Sra. Silvia Picanço do Nascimento**, no valor de **R\$13.654,39**, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 4/2002, atualizada pela Resolução nº 4/2018, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondentes às Restrições nº 1 a 12 da Notificação nº 525/2018 (fls. 196/202), transcritas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 608/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.6. Determinar** à atual gestão do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul a estrita observância aos ditames legais apontados pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público de Contas, remetendo-lhe cópia do Relatório Conclusivo nº 44/2019 (fls. 245/263), do Parecer nº 2179/2019-MPC-CASA (fls. 264/266), do Relatório-Voto e deste Acórdão;
- 10.7. Determinar** o encaminhamento de cópia do **Relatório Conclusivo nº 44/2019** (fls. 245/263), do **Parecer nº 2179/2019-MPC-CASA** (fls. 264/266), do Relatório-Voto e deste Acórdão ao **Ministério Público Estadual** para adoção de medidas que entender cabíveis, com fundamento no art. 1º, XXIV, da Lei nº 2.423/96;
- 10.8. Determinar** à **SEPLENO** que adote as providências previstas nos arts. 161 e 162, §2º, da Resolução 4/2002-TCE/AM;
- 10.9. Arquivar** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral dos itens acima.
- 11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 16 de Julho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral